

Violência desmonta discurso sobre 'atos pacíficos' e cria curto-circuito na base de Bolsonaro

A escalada da violência nos atos antidemocráticos liderados por bolsonaristas fez desmoronar o discurso público do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus aliados, que destacavam as manifestações como ordeiras e pacíficas e buscavam associar protestos violentos a grupos de esquerda.

Com casos de violência que incluem agressões, sabotagem, saques, sequestro e tentativa de homicídio, as manifestações atingiram seu ponto crítico e acenderam o alerta das autoridades, que realizaram prisões e investigam até possível crime de terrorismo.

Os responsáveis poderão ser punidos na Justiça com base na Lei Antiterrorismo, legislação que os próprios bolsonaristas tentaram endurecer visando punir manifestantes de esquerda.

Desde a sua derrota nas urnas em 30 de outubro para Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Bolsonaro fez apenas dois discursos públicos. Nas duas ocasiões, ele não condenou a pauta golpista de seus aliados, mas criticou os métodos que incluíam o fechamento de rodovias.

Em 1º de novembro, quando ao menos 230 trechos de rodovias do país estavam bloqueados, ele classificou as manifestações como resultado da "indignação e sentimento de injustiça" sobre a forma como se deu o processo eleitoral.

"As movimentações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nos-

os métodos não podem ser o da esquerda, que sempre prejudicaram a população, como invasão de propriedades, destruição de patrimônios e cerceamento do direito de ir e vir", afirmou Bolsonaro na ocasião.

Desde então, contudo, as franjas mais radicais do bolsonarismo não só não deixaram as ruas como dobraram a aposta na violência, com destaque para os estados de Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia.

Em Rondônia, manifestantes destruíram uma adutora com uma escavadeira e deixaram parte da população da cidade de Ariquemes sem abastecimento de água. O governador Coronel Marcos Rocha (União Brasil) pediu apoio da Força Nacional e o Ministério Público instaurou um procedimento de investigação criminal.

Responsável pelo caso, o promotor Tiago Cadore avalia o ato como um possível crime de terrorismo. Argumenta que o caso pode ser enquadrado desta forma por sabotar o funcionamento de serviço público essencial à população.

A Lei Antiterrorismo foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela então presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016 na esteira das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Desde então, foram apresentados ao menos 36 projetos para endurecer a lei, aponta levantamento do Demodê (Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades), vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Em sua maioria, são propostas de deputados

bolsonaristas que miram ações de movimentos sociais organizados como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). As propostas de mudança não prosperaram, mas especialistas dizem que há brechas.

"Apesar da salvaguarda aos movimentos sociais democráticos, a lei que pode cair no fator subjetivo. No limite, o que vai definir o seu uso é o posicionamento político de promotores e juizes", explica o cientista político Thiago Trindade, professor da UnB (Universidade de Brasília).

Ele é contra a existência de uma Lei Antiterrorismo e seu uso mesmo contra movimentos antidemocráticos. O arcabouço legal do país, para Trindade, já dá conta de casos como estes sem precisar de um instrumento legal específico.

Autor de um dos projetos que visa endurecer a Lei Antiterrorismo, o senador gaúcho Lasier Martins (Podemos) nega a intenção de criminalizar movimentos sociais. O projeto de sua autoria restabelece trechos da lei vetados por Dilma.

Hoje, o senador enfatiza que o contexto político é diferente de 2020, quando o projeto foi debatido pela última vez na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e teve relatório favorável do bolsonarista Magno Malta (PL).

O texto inclui, entre as definições de ato de terrorismo, "incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, com o objetivo de forçar



Apoiador de Bolsonaro segura bandeira em bloqueio na rodovia BR-251 em Planaltina

a autoridade pública a praticar ato, abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral".

Bolsonaro classificou o projeto de Lasier, à época, como "louvável". Hoje, se aprovado, ele enquadraria com precisão cenas com as vistas em Mato Grosso nas últimas semanas.

"Sigo defendendo que a lei é meritória contra promover incêndios, quebra-quebras, baderna. Não tenho visto isso nas manifestações políticas de hoje. Salvo alguns casos pontuais em rodovias", diz o senador.

Além da investigação de terrorismo em Rondônia, o Ministério Público Federal do Pará investiga o crime de tentativa de homicídio qualificado após um grupo de bolsonaristas que comandou bloqueios da BR-163 em Novo Progresso atacar com tiros a agentes da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Na avaliação da Procuradoria, o grupo é suspeito de dez crimes (incluindo tentativa de homicídio qualificado), achincalhou instituições e bus-

cou uma "constrangedora, criminosa e delirante" intervenção militar.

Casos como esses criaram uma espécie de curto-circuito na base bolsonarista, que se divide entre os que silenciam sobre os episódios violentos e os que os condenam, e por isso passaram a ser alvo de críticas das franjas mais radicais.

Presidente nacional do PL, Valdemar da Costa Neto critica as ações violentas ao mesmo tempo em que insufla a base bolsonarista questionando no Tribunal Superior Eleitoral o resultado do segundo turno das eleições presidenciais.

Em entrevista à imprensa na última terça-feira (23), ele afirmou que os bloqueios de estradas e saques partiram de infiltrados. E sugeriu que pessoas que atuam com cargas roubadas e importação ilegal de defensivos agrícolas em Mato Grosso estão usando de violência nos atos para pressionar fazendeiros.

"Nós temos que lutar e usar a força contra isso. Ninguém pode impedir o direito de ir e vir", disse.

Um dos principais aliados do presidente em Mato Grosso, o deputado

federal José Medeiros (PL) também condena os episódios violentos em seu estado e diz que estes partiram de grupos minoritários.

"A maioria dos protestos é formada por famílias, crianças e velhinhas. Se você perguntar, ninguém ali é a favor de queimar um caminhão sequer. Mas quando acontece [um ato de violência] acaba refletindo em todo mundo", afirma.

Ao mesmo tempo em que critica a violência, o deputado defende o silêncio que Bolsonaro adotou perante esses crimes: "Penso que o presidente deve ficar quieto mesmo. Ele não causou nada disso, quem causou foi o [ministro do STF] Alexandre de Moraes."

Na bancada do PL de Santa Catarina, estado em que a PRF identificou métodos semelhantes aos de terroristas e black blocs nos ataques, os discursos em redes sociais estão voltados a reclamar de censura e arbitrariedades da Justiça.

Eleito deputado federal, o empresário Jorge Goetten (PL) foi o único a se manifestar prontamente contra os bloqueios. Ele publicou um vídeo sobre o assunto pouco antes do presidente fazê-lo. Nos comentários, a reação foi dividida. Diversos eleitores se disseram arrependidos do voto.

"Expliquei que não fazia sentido um dos estados que mais deu votos a Bolsonaro prejudicar a sua própria economia. Se alguns não entenderam, paciência. Falei minha opinião como cidadão".

Goetten evita, todavia, criticar os colegas de bancada por atitudes golpistas ou por não apaziguar as ruas após o resultado das eleições.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
RDC ELETRÔNICO Nº 07/2022
PROCESSO Nº 23107.024834/2022-31

1. OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de engenharia especializada em construção civil para construção da passarela do Anexo II do Bloco Djalma Batista, Reforma e Adequação das Passarelas de Acesso aos Blocos Ruy Alberto da Costa Lins, Antônio Francisco da Silva, Laércio Wanderley da Nóbrega e Anexo I do Bloco Djalma Batista da Universidade Federal do Acre, bem com a instalação de piso podó tátil nas áreas comuns dos Blocos João Mendonça Furtado, Djalma Batista e seus anexos, no Campus de Rio Branco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. RESULTADO DE JULGAMENTO: AZ COMERCIO, SERV. E REP. IMP. EXP. LTDA, CNPJ 08.078.762/0001-12, vencedora do ITEM 01, no valor de R\$ 781.939,46 (Setecentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos).

Rio Branco-AC, 29 de novembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA SOUZA
Presidente da CPL/UFAC

GRUPO FOLQUILHA LTDA

Torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, a Licença Ambiental Única - LAU para FAZENDA CIPOAL, imóvel particular, para a atividade de pecuária, localizada na BR 364, km 16 (margem esquerda), no município de Rio Branco-Acre.

IRMÃOS QUINTELA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA. CNPJ: 03.910.564/0001-50.

Torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, a renovação da licença de operação - LO, nº 350/2019, para atividade de EXTRAÇÃO MINERAL (AREIA) NO LEITO DO RIO ACRE, PARA USO IMEDIATO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, NA ÁREA COBERTA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM PROCESSO Nº 886.280/2001, Localizado na Estrada do Amapá, Km 05, Amapá, no município de Rio Branco - Acre.

AGROPECUÁRIA FORQUILHA S/A

Torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, a Licença Ambiental Única - LAU para FAZENDA CORCOVADO, imóvel particular, para a atividade de pecuária, localizada na BR 364, km 114 (margem esquerda), no município de Sena Madureira-Acre.

GRUPO FORQUILHA LTDA

Torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, a Licença Ambiental Única - LAU para FAZENDA 13 DE NOVEMBRO (Matr.4.962), FAZENDA GUARUJÁ (Matr.1453) e FAZENDA PRAIA GRANDE (Matr. 4.964), imóvel particular, para a atividade de pecuária, localizada na BR 364, km 114 (margem esquerda), no município de Sena Madureira-Acre.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO RDC ELETRÔNICO No 07/2022
PROCESSO No 23107.024834/2022-31**

1. OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de engenharia especializada em construção civil para construção da passarela do Anexo II do Bloco Djalma Batista, Reforma e Adequação das Passarelas de Acesso aos Blocos Ruy Alberto da Costa Lins, Antônio Francisco da Silva, Laércio Wanderley da Nóbrega e Anexo I do Bloco Djalma Batista da Universidade Federal do Acre, bem com a instalação de piso podotátil nas áreas comuns dos Blocos João Mendonça Furtado, Djalma Batista e seus anexos, no Campus de Rio Branco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. RESULTADO DE JULGAMENTO: AZ COMERCIO, SERV. E REP. IMP. EXP. LTDA, CNPJ 08.078.762/0001-12, vencedora do ITEM 01, no valor de R\$ 781.939,46 (Setecentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos).

Rio Branco-AC, 29 de novembro de 2022.

FERNANDO DA SILVA SOUZA
Presidente da CPL/UFAC



ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Em Capixaba, governo incentiva cadeia produtiva de mandioca, com implementação de casa de farinha na comunidade Capatará



Sarah e Juliette dão selinho e levam fãs à loucura: 'Sariette Vive'



PEC da Transição atinge assinaturas para tramitação no Senado



Única casa lotérica do Jordão está fechada e falta de atendimentos prejudica beneficiários

Saúde Itinerante voltado ao atendimento para autismo é realizado em Cruzeiro do Sul

▲ Márcio Nunes | 29 de Novembro de 2022 às 09:19:07

Mais de mil atendimentos foram realizados pelo programa Saúde Itinerante voltado para o atendimento de autismo, em Cruzeiro do Sul, neste final de semana. A iniciativa é do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre).

Os atendimentos que assistem ao público-alvo se iniciaram em abril de 2022, como um projeto piloto da Sesacre, por meio da Diretoria de Redes e Atenção à Saúde e do Departamento de Atenção Ambulatorial Especializado e Hospitalar, sendo executado pela Divisão de Saúde Itinerante Especializada. Trata-se de uma ação inovadora da atual gestão, da necessidade e demanda reprimida do Sistema de Regulação (Sisreg), em parceria com as secretarias municipais de Saúde.

"Nós trabalhamos com uma equipe multiprofissional, levando os atendimentos ao paciente no seu local de origem, que é uma das coisas mais importantes, pois a criança, a família, não vai precisar se deslocar para ter o diagnóstico desta criança definido", destacou a coordenadora do projeto, Janaína Negreiros.

O projeto é formado por uma equipe multiprofissional especializada para o atendimento, composta por: duas